

Israel e a ONU

Em setembro de 2007, após dois anos de foguetes disparados diariamente contra a cidade de Sderot e adjacências, Israel declarou Gaza uma entidade inimiga. A decisão possibilita cortar o abastecimento de água, eletricidade e combustível, além de outros bens, para o território governado pelo Hamas. O Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon, condenou a decisão. Outros altos funcionários da ONU manifestaram-se contra a medida, denominada "punição coletiva". À esquerda, o coro de críticas a Israel não se fez esperar. Curiosamente, a mesma expressão -- punição coletiva, ou alguma outra, como ataque contra população desarmada -- nunca havia sido usada para exigir que a Autoridade Palestina em Gaza, quer sob a liderança inicial do Fatah ou posterior do Hamas, determinasse o fim dos bombardeios contra a população civil israelense.

A duplicidade de critérios bem como a negação do direito de defesa não constituem novidade. Mais chamativo é o fato de que uma evidência amplamente reconhecida pelos críticos de Israel continue não alterando a freqüente acusação de que o estado judeu se apodera indevidamente dos recursos naturais pertencentes ao "território palestino ocupado". O

protesto contra sua supressão deveria pelo menos ter deixado patente aos olhos de todos que Israel fornece água, eletricidade, combustível, medicamentos e boa parte dos víveres de Gaza. (Através da fronteira com o Egito as milícias terroristas recebem armas e munição).

No discurso oficial da esquerda Israel é um país colonialista que invadiu território palestino para oprimir a população e roubá-la. O proferimento de Ahmadinejad diante da Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2007, confirma a afinção entre os argumentos do fundamentalismo islâmico e da esquerda. Na ocasião o presidente do Irã afirmou que os palestinos são privados de água, eletricidade e medicamentos. Tampouco há homossexualidade nem discriminação contra as mulheres no Irã, informou o próprio Ahmadinejad à sua audiência na Universidade de Colúmbia.

Não foi a primeira e tudo leva a crer que não será a última vez que tanto os fatos como a lógica e, pior ainda, a ética são absolutamente desconsiderados por uma autoridade. As declarações de altos funcionários da ONU e de personalidades representativas da esquerda demonstram que é lícito atacar civis israelenses, enquanto a auto-defesa se insere na categoria da "punição coletiva". Nada de novo no front: a segunda guerra do Líbano já havia oferecido à mídia pretextos do gênero para alimentar a incessante campanha anti-sionista. A supressão de insumos básicos é uma medida que tem tudo para obrigar os governantes de Gaza a coibir os operadores de foguetes, menos na concepção de auto-denominados pacifistas cuja prédica humanista permanece seletiva.

Na margem ocidental (Judéia e Samaria) as relações entre Israel e a população local se pautaram pelas mesmas características que a crise de

Gaza trouxe à tona. O fim da soberania *de facto* jordaniana e egípcia (1948 a 1967) coincidiu com o processo de revitalização econômica que resultou na diminuição da mortalidade infantil (de 60/1000 para 15/1000)[1]. Correspondentemente, a média de vida subiu de 48 (em 1967) para 72 anos (em 2000). O programa de vacinação conduzido pelo governo israelense erradicou doenças como poliomielite, coqueluche, tétano e varíola.

Em 1986, mais de 90% da população local tinha eletricidade e água corrente chegava a mais de 80% dos domicílios (contra 20% e 16% respectivamente em 1967). O abastecimento de gás de cozinha e o uso de fogões elétricos aumentou de 4% em 1967 para 83% em 1986 (com a concomitante redução da necessidade de usar carvão de lenha). No mesmo período (1967-1986), o analfabetismo caiu para 14%. [2]. A renda *per capita* passou de 165 dólares para 1.715. [3]

Repetiu-se em relação à margem ocidental e Gaza o mesmo processo decorrente da imigração judaica, do final do século XIX até 1948. Sequer um centímetro de terra foi confiscado de particulares e a população local foi amplamente beneficiada. O efeito da acentuada melhora das condições de vida decorrentes do fim da soberania *de facto* egípcia e jordaniana sobre os regimes representados pela Liga Árabe foi exatamente igual à da época do Mandato. Os regimes ditatoriais do Oriente Médio não aceitam nem desenvolvimento econômico e muito menos direitos civis no mundo árabe. A partir da década de 80, o "campo progressista" tem cada vez mais legitimado essa política, apresentando as milícias terroristas como o braço armado da emancipação nacional palestina.

Que a mídia esconda dados estatísticos irretorquíveis é um pouco menos surpreendente do que a indistinção entre povo e a oligarquia por parte dos analistas da esquerda; no respectivo discurso, tudo se passa como se nos países árabe/muçulmanos do Oriente Médio não houvesse divisão de classes e os interesses fossem comuns...

Não é preciso ser sociólogo nem economista para constatar que a sociedade árabe/muçulmana se caracteriza por uma hierarquização extrema. É mais do que patente que o poder constituído execra a alteração do *status quo* e rejeita o desenvolvimento econômico em virtude das transformações sociais inerentes. O clero islâmico, similarmente ao que acontecia com a Igreja Católica na Europa feudal, está intrinsecamente ligado ao modelo social vigente e desempenha um papel fundamental na incitação da população contra Israel e os judeus, que em sua perspectiva são tomados -- e execrados -- em conjunto.

A sociedade israelense é exatamente o oposto da variante de feudalismo que constitui a regra no Oriente Médio e por isso se afigura como uma ameaça. A infra-estrutura criada pelos judeus na época do Mandato Britânico e a atração que exerceu sobre a população das regiões vizinhas provocou a reação da oligarquia local, traduzida por ataques semelhantes aos pogroms da Europa Oriental.

Os judeus eslavos constituíam uma minoria à qual pode ser convenientemente debitado o perigo das transformações inerentes à modernização da estrutura produtiva e os conseqüentes efeitos sobre as relações de poder; no Oriente Médio, a violência anti-sionista representa a reação das oligarquias da região a uma etnia que, enquanto permaneceu na condição de minoria nas sociedades muçulmanas, tinha um status oficial de inferioridade, da qual se emancipou através de um

estado nacional.[4] Israel, por sua vez, é tão minoritário, em termos populacionais e territoriais, em relação às outras nações do Oriente Médio, como os judeus enquanto grupo étnico haviam sido.

Antes da cessão dos territórios à OLP, os assentamentos judaicos na Cisjordânia e em Gaza jamais haviam sido considerados como um problema. Do ponto de vista militar, colaboram significativamente para a segurança de Israel; em relação às negociações de paz, a sua eventual permanência sob soberania palestina tem como favorecer a coexistência e a cooperação entre judeus e árabes, repetindo o que em grande medida já acontece em Israel. Uma terceira alternativa seria a troca de territórios, caso a desconfiança mútua predomine. Em suma, os assentamentos, satanizados pela esquerda como símbolo do colonialismo, contemplam a mais do que compreensível preocupação com a própria defesa por parte de um país incessantemente ameaçado de destruição, mas podem facilmente assumir o papel de facilitadores da convivência e do intercâmbio. Numa situação de autêntica paz, é indiferente que estejam situados neste ou naquele lado da fronteira.

As evidências mais incontroversas comprovam que o fim do domínio jordaniano e egípcio trouxe todas as vantagens possíveis para os habitantes da região. Além das consideráveis melhorias na infra-estrutura, foram fundadas instituições de ensino superior antes proibidas e a população local exerceu o auto-governo, já que Israel limitou-se a cuidar das próprias fronteiras. Todas as distorções devidas ao enfoque ideologicamente deformado da esquerda anti-sionista não são suficientes para alterar uma evidência nítida: em 1967 a população árabe de Gaza e da margem ocidental foi libertada dos regimes autoritários egípcio e jordaniano e exerceu o auto-governo até 1994, quando a instauração da Autoridade Palestina restaurou as condições anteriores a 1967, tanto do ponto de vista político como econômico-social.

A esquerda anti-sionista nega a realidade. O período entre a guerra dos Seis Dias e a outorga da região ao comando da OLP foi efetivamente caracterizada pela autonomia da população de Gaza e da Margem Ocidental. O termo ocupação descreve adequadamente não a presença israelense mas os dezenove anos da soberania egípcia e jordaniana, bem como o momento em que Arafat e seu movimento retornaram da Tunísia para instaurar um governo ditatorial, cujas diretrizes são as mesmas das demais ditaduras da região. O breve lapso acima descrito representou o momento em que a sociedade árabe de Gaza e da Cisjordânia mais se aproximou de um estado nacional, ao qual só faltou a legitimação *de jure*. Foi precisamente a emergência de uma liderança autônoma capaz de manter a paz e o desenvolvimento a partir de relações de boa vizinhança que causou a intervenção da Liga Árabe, seguida pela imposição forçada do governo da OLP, precedida pelo que é conhecido como "intrafada", ou seja, o assassinato dos defensores de uma política de cooperação e intercâmbio.

A primeira onda de terror desencadeada pela OLP vitimou os palestinos que o suposto movimento de libertação nacional considerava como rivais políticos e abortou por intimidação qualquer veleidade de oposição à ditadura de Arafat. Repetiu-se o que acontecera durante a época do Mandato, quando o clã dos Husseinis eliminou seus concorrentes relativamente moderados. Os historiadores israelenses de esquerda não ignoram esses fatos. A análise deformada que culpa Israel pela "opressão do povo palestino" constitui a contribuição da esquerda anti-sionista ao mito da ocupação e legitima tanto a ditadura instaurada pela Autoridade Palestina como sua consequência direta, o terrorismo. A esquerda funciona como advogado do regime ditatorial de um movimento que se denomina de "libertação nacional" mas cuja função é exatamente a

oposta: oprimir a população que governa em nome da "internacional ditatorial" hegemônica no Oriente Médio, coordenada pela Liga Árabe.

O apoio incondicional aos regimes belicistas que oprimem o povo árabe em todo o Crescente, do Marrocos ao Iêmen, mostra inequivocamente que a esquerda anti-sionista não deseja a paz. O objetivo da esquerda, conforme a corrente, se divide entre a perpetuação do estado de beligerância, com a finalidade de manter a militância mobilizada mediante uma grande causa internacional, e sua alternativa: a destruição de Israel ou a revogação do seu caráter de estado judeu. No último caso, tratar-se-ia de uma vitória balsâmica para uma ideologia que respira em balões de oxigênio e está a um passo do mesmo colapso responsável pelo fim da União Soviética. Segundo o clichê "progressista", a eliminação de Israel equivaleria à derrota da aliança colonialista-imperialista no Oriente Médio.

Da mesma forma que os países da Liga Árabe se dividem entre aceitar a existência de Israel para cumprir a função de justificar o militarismo e o autoritarismo policialesco interno, ou destruir o estado sionista para livrar-se da ameaça de sua contaminação, a esquerda igualmente oscila entre tolerar Israel para manter a militância ativa e convocável sempre que necessário mediante os rituais de demonização do sionismo, ou lutar pela sua erradicação com a finalidade de celebrar ao menos uma vitória em tempos tão avessos.

A cooperação entre judeus e árabes da Cisjordânia e de Gaza antes do advento da ditadura de Arafat não impediu que os críticos do sionismo usassem o termo "genocídio" e Saramago comparasse a situação dos refugiados à dos prisioneiros de Auschwitz - embora os campos, tanto os da margem ocidental do Jordão como os de Gaza, houvessem sido administrados, desde sua criação, pela Jordânia e o Egito, em colaboração com a UNRWA (United Nations Relief and Works Agency),

fundada no final de 1949. Em acréscimo, sabe-se que Israel propôs a sua urbanização - evidentemente rechaçada pela Liga Árabe.

A tentativa da ONU de assentar os refugiados e criar uma infra-estrutura econômica sólida foi sabotada pelas ditaduras do Oriente Médio, que fazem da pauperização e do desemprego as condições por excelência para o recrutamento de terroristas. O governo da Autoridade Palestina seguiu precisamente esse modelo e o estendeu dos campos de refugiados para as cidades e vilas sob sua administração.

Enquanto isso, formava-se na ONU uma coalizão anti-israelense cujas decisões imitam, quase por ponto por ponto, a discriminação oficial estabelecida pela legislação nazista em relação aos judeus. Não por acaso, em seu artigo intitulado "*On hating the Jews*", Natan Sharansky, prisioneiro de Sion[5] na ex-União Soviética, escreveu que "*Israel é o judeu entre as nações*".

A situação de Israel na ONU é a comprovação perfeita dessa asserção. O teor das condenações proferidas pela Assembléia Geral contra Israel representa exemplarmente a degradação da entidade que oficialmente tem por finalidade zelar pela paz, justiça, respeito aos direitos humanos e cooperação entre as nações.

A "maioria automática anti-israelense" teve início com a formação de uma coligação entre os regimes do Oriente Médio e o bloco soviético, que incorporou rapidamente o grupo dos "países não alinhados", já integrado anteriormente pelo Egito. O boicote do petróleo, seguido da exponencial alta dos preços, em 1973, foi o argumento decisivo para que europeus, africanos, latino-americanos e asiáticos se convencessem da justiça da "causa palestina" e votassem a favor de qualquer resolução contrária ao estado judeu.

Essa situação levou os Estados Unidos a vetar todas as medidas anti-israelenses no Conselho de Segurança. Para quase todos os demais países da organização - excetuando Canadá, Austrália e algumas ilhas-estado do Pacífico - tratou-se de uma situação extremamente vantajosa. Mediante adesão ao bloco árabe-soviético, os países europeus obtiveram vantagens na disputa pelo mercado do Oriente Médio - petróleo e petrodólares. A esquerda, por sua vez, não perdeu a oportunidade de denunciar o conluio capitalista, consubstanciado pela aliança entre EUA e Israel. Com o isolamento da potência inimiga e utilizando a carta anti-sionista para aproximar-se ainda mais dos regimes ditatoriais do Oriente Médio, a União Soviética conseguiu compensar no terreno diplomático as derrotas militares que haviam frustrado suas esperanças de colocar em xeque as monarquias pró-ocidentais do Crescente.

Walt e Mearsheimer[6] seguem precisamente essa linha de argumentação. Somente a existência de um poderoso *lobby* judaico-sionista explicaria porque os Estados Unidos defendem Israel contra o bloco estabelecido graças ao amálgama entre os interesses de estado do então bloco socialista (atualmente substituído pelos regimes russo e chinês), a *Realpolitik* econômica européia, a Liga Árabe e o grupo de países dependentes de petróleo. Para evitar a gritante infração ética consubstanciada no arrazoado, os autores de *The Israel Lobby ...* recorrem sem o menor pudor ao habitual teor do mito da ocupação -- ou seja, a "opressão do povo palestino" por Israel.

Outra consequência dos fracassos bélicos de 1967 e 1973 foi a repressão desencadeada pelo Kremlin contra os ativistas sionistas russos. A prisão de Natan Sharansky deveu-se a essa circunstância. Qualquer semelhança entre a culpabilização dos judeus pela derrota alemã na primeira guerra mundial e a reação anti-sionista do PCUS à perda de prestígio do exército russo está longe de ser mera coincidência.

O posicionamento do Kremlin em nada se deve a razões ideológicas. Os interesses de estado, no âmbito da guerra fria, sempre sobrepujaram quaisquer considerações éticas que porventura tenham movido a pátria do socialismo. A esquerda anti-sionista herdou esse modelo; a *Realpolitik* é seu principal critério para adotar decisões. A crise ideológica constitui o fator fundamental para a mobilização anti-israelense e o posicionamento supostamente pró-palestino do campo progressista.

A satanização de Israel serve agora de elo de união entre as diversas facções da esquerda, na medida em que convoca o anti-americanismo, cada vez mais popular, e elege um bode-expiatório vulnerável apto a multiplicar as chances de proselitismo, visto a força que o apelo anti-judaico (antecedido pela denegação "nada-tenho-contra-os-judeus-mas-Israel...") tem para amplos setores da população. O terreno já está preparado de antemão, por séculos e séculos de acusações contra os "assassinos de Cristo" e a associação entre os judeus e o poder financeiro, estabelecida desde os "trinta dinheiros" pagos pelo "beijo de Judas".

Grande parte da popularidade do nazismo proveio da atribuição da derrota na primeira guerra mundial aos judeus. À recuperação do orgulho nacional feito a expensas de uma minoria demonizada seguiu-se a parte pragmática, nada desprezível. As proibições relativas ao exercício de cargos públicos, o fechamento de lojas e indústrias por restrição de crédito, os boicotes a firmas e profissionais liberais, a expulsão de alunos e professores das instituições de ensino, a exploração da urgência da fuga para comprar bens a preços irrisórios e medidas semelhantes eliciaram um apoio considerável por parte dos beneficiários diretos e indiretos das leis raciais. O rendimento psicológico do anti-semitismo foi acentuado pelas vantagens materiais auferidas por parcela considerável

da população alemã - profissionais liberais, comerciantes, professores, industriais, funcionários.

Em relação à esquerda, as circunstâncias se repetem. O fracasso dos governos socialistas torna imprescindível a escolha entre duas alternativas opostas: o exame profundo de suas causas ou a busca de um bode expiatório. A esquerda optou pela segunda. A União Soviética e os regimes da Europa Oriental não falharam por terem adotado uma economia refratária ao consumismo. O comunismo fracassou enquanto sistema de governo. Por ter privado seus cidadãos de uma qualidade de vida razoável em termos materiais e suprimido os direitos civis, não resistiu à comparação com as sociedades liberais da Europa Ocidental, principalmente as da Escandinávia. A estratégia de utilizar o regime fiscal para atenuar as diferenças econômicas faz das sociedades do norte da Europa uma

[1] No Egito 40, na Jordânia 23 e na Síria 22 por 1000, respectivamente.

[2] 60% no Marrocos, 61% no Egito, 45% na Tunísia, 44% na Síria.

[3] 600 no Egito, 1630 na Turquia, atingindo o dobro da da Síria e superando em 10% a da Jordânia.

[4] A maioria dos judeus das primeiras ondas migratórias ("aliyot") provinha da Europa Oriental; após a década de 50 houve uma maciça imigração de judeus procedentes da África do Norte e do Oriente Médio, aproximadamente meio milhão de pessoas, e sua participação na taxa de crescimento demográfico fez com que a população judaica de Israel seja atualmente quase equivalente em termos de origem.

[5] Figura jurídica criada pelo Estado de Israel e caracterizada pela prisão ou perda de direitos civis conseqüente ao exercício de atividades sionistas em países nos quais as mesmas são punidas. Sharansky permaneceu preso de 1977 a 1986.

[6] *The Israel Lobby and US Foreign Policy*. Embora publicados recentemente, tanto o artigo como o livro empreendem uma análise histórica.

Consulte mais sobre esse e outro títulos do autor:

www.franklingoldgrub.com